A construção coletiva das masculinidades no conto “Nós matámos o cão tihoso”, de Luís Bernardo Honwana

Vanessa Riambau Pinheiro*

Resumo

O propósito deste estudo é analisar as representações performáticas coletivas das masculinidades no conto emblemático do autor moçambicano Luís Bernardo Honwana, “Nós matámos o cão tihoso”, texto integrante do livro homônimo publicado em 1964 e considerado o marco da prosa moderna moçambicana. Para realizar a análise das performances masculinas presentes neste conto, parto do princípio de que existe uma construção no imaginário social que define as formas de masculinidades hegemônicas (Connell, 2013) que serão performadas individualmente ou preferencialmente em grupo (Butler, 2003), geralmente baseadas na naturalização da violência e da agressividade (Welzer-Lang, 2023) como legitimação social e diferenciação do modelo feminino de comportamento (Welzer-Lang, 2023), cujas representações serão evidenciadas na análise do conto supracitado. Em consonância a Welzer-Lang, a socióloga portuguesa Sofia Aboim acredita que a(s) masculinidade(s) é (são) observada(s) como uma relação de dupla dominação: “a da masculinidade sobre a feminilidade e a de determinado tipo de masculinidade (hegemônica) sobre os outros.” (Aboim, 2008, p. 274). Dessa forma, o estudo será

* Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É doutora pelo programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Área de Estudos Literários. Atualmente coordena o Grupo GeÁfrica na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde atua como Professora Associada na graduação e na pós-graduação. Integra também o CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, vinculado à Universidade de Lisboa. Orcid: 0000-0003-3137-2328 .

desenvolvido a fim de demonstrar as diferentes formas de opressão presentes na performance heteronormativa padrão de masculinidade presentes no texto de Honwana, bem como suas consequências nas ações dos personagens analisados.

Palavras-chave: masculinidade; coletividade; performance; Luís Bernardo Honwana; literatura moçambicana.

The collective construction of masculinities in the short story “Nós matamos o cão tihoso”, de Luís Bernardo Honwana

Abstract

The purpose of this study is to analyze the collective performative representations of masculinities in the emblematic tale of the Mozambican author Luís Bernardo Honwana, “Nós matamos o cão tihoso”, a text that is part of the book of the same name published in 1964 and considered the landmark of modern Mozambican prose. In order to analyze the male performances present in this story, I start from the principle that there is a construction in the social imaginary that defines the forms of hegemonic masculinities (Connell) which will be performed individually or preferably in a group (Butler), generally based on the naturalization of violence and aggressiveness (Welzer-Lang) as social legitimation and differentiation of the feminine model of behavior (Welzer-Lang), whose representations will be evidenced in the analysis of the aforementioned story. In line with Welzer-Lang, the Portuguese sociologist Sofia Aboim believes that masculinity(ies) is observed as a relationship of double domination: “that of masculinity over the others.” (Aboim, 2008, p. 274). In this way, the study will be developed

in order to demonstrate the different forms of oppression present in the heteronormative performance of masculinity present in Hownana's text, as well as its consequences in the actions of the characters analyzed.

Keywords: masculinity; collectivity; performance; Luís Bernardo Hownana; Mozambican literature.

Recebido em 14/07/2024 / Aceito em 04/12/2024

1 Alguns apontamentos teóricos

Há décadas, temos acesso a estudos substanciais a respeito do gênero feminino e suas limitações sociais. Em pesquisa anterior (Pinheiro, 2020), ao falar sobre as evoluções teóricas obtidas a partir dos estudos de gênero, observei que a imposição de determinados expedientes biológicos femininos (como a maternidade, por exemplo) justificaram, por muito tempo, o papel secundário imposto socialmente à mulher e toda a espoliação que lhe foi imputada. Consoante Grossi (2004), a fim de manter a hegemonia masculina, o sistema patriarcal criou estratégias para manter a *persona* feminina como objeto simbólico e de efeito decorativo; desta feita, a divisão social do trabalho foi estabelecida a partir da solidificação da dicotomia entre homens e mulheres e do assujeitamento feminino. Ao homem foi reservado o espaço público, de prestígio e reconhecimento financeiro, enquanto à mulher foi relegado o espaço privado, de baixa remuneração e invisibilidade. Com o falacioso discurso da diferença biológica como critério hierárquico, os papéis sociais foram instituídos como se fossem naturais, e a mulher foi destinada à função de cuidar dos filhos e da casa.

As instituições tidas como relevantes e influenciadoras na sociedade, por seu turno, auxiliaram neste processo: a família, a Igreja e a mídia contribuíram diretamente no processo que levou à desigualdade entre os gêneros (Grossi, 2004, pp. 15–16). Na obra *Feminismo para os 99%*, um manifesto, de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), as autoras abordam essas abissais diferenças entre os tipos de feminismo. Consoante as autoras: “As influentes sufragistas brancas fizeram reclamações explicitamente racistas depois da

Guerra Civil dos Estados Unidos, quando os homens negros obtiveram o direito ao voto e elas não”. (Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 76). O antirracismo tornou-se pauta do feminismo a partir de meados do século XX, quando teve sua consolidação. Diversas outras pautas também foram levantadas a partir de outros movimentos, como o Mulherismo Africana, Oxunismo e Transfeminismo, entre outros.

Ainda assim, se a constatação desses fatores que subsidiaram o patriarcado pode servir para ilustrar determinados comportamentos sociais, por si só ela não basta para o estudo das construções das masculinidades, sob pena de incorrer na mesma lógica observada por Beauvoir (1970) quando constatou que a mulher seria o Outro do homem. Ora, se o feminismo francês limitou as reivindicações feministas a um grupo restrito de mulheres brancas burguesas europeias e hoje temos vários tipos de pesquisa mais abrangentes pautados no feminismo negro, transfeminismo e afins, como poderemos intuir que essa ampla gama de representações femininas se situa, como polo opositor, em dissonância ao “Homem”, como uma entidade abstrata e homogênea?

Apesar de perceber a limitação dessa perspectiva, acredito, entretanto, que exista uma lógica imperativa que subjaz a ambas as representações de gênero e que opera, ainda que de modo distinto, como meio de opressão e subjugação, e que tal circunstância ocorre de duas formas principais:

- na dominação patriarcal, que relega às mulheres a condição subalternizada em relação aos homens e cujos critérios de valoração feminina são postos em xeque pelos mesmos homens que operam nessa lógica e que dominam as estruturas sociais, por consequência;

- na padronização de um comportamento viril heterossexual bélico que exclui e vilipendia os atores sociais que não correspondem a esse padrão. Nesse caso, o patriarcado fortalece-se na diferenciação de comportamentos tidos como “femininos”. Aqui vale ressaltar que não se trata apenas – ainda que também – da discriminação homossexual, mas da reiteração de uma determinada ontologia masculina que se legitima, principalmente, a partir da violência e da escassez de afetos.

Vale destacar que o vocábulo ‘masculinidade’, presente no título deste estudo, está sendo usado no plural, pois busca abarcar todas as masculinidades que envolvem não só a masculinidade hegemônica adotada em sociedades patriarcais heteronormativas, mas também aquelas que essas sociedades consideram dissidentes, ou seja, aquelas que desestabilizam o controle patriarcal.

O autor congolês J. J. Bola define masculinidade como uma estrutura hierárquica que coloca os homens “em uma situação de vantagem garantindo a eles poder, privilégios, direitos e acesso a recursos em vários domínios e contexto (...) e nos informando sobre os papéis que (...) devem assumir, ao mesmo tempo em que dirá as realidades materiais de cada um”. (Bola, 2020, p. 27). Compreendendo masculinidade como uma representação social do gênero masculino, é válido refletir que esse arcabouço se trata antes de um corpo político do que simplesmente de um corpo biológico. Neste sentido, me filio ao pensamento de Judith Butler (1990), que acredita ser também o sexo um constructo social, não apenas o gênero:

Assim, a questão não é mais sobre como o gênero é constituído por meio de uma certa interpretação do sexo (uma pergunta que faz com que a “matéria” do sexo

permaneça não teorizada), mas sim, através de quais normas regulatórias o próprio sexo é materializado? E como é que o tratamento da materialidade do sexo como um dado pressupõe e consolida as condições normativas de sua própria emergência?” (Butler, 1993).

Ainda de acordo com a filósofa, a representação de gênero encerra uma série de atos, gestos e situações que são performativos, “no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos.” (Butler, 2003, p. 194). Connell complementa aceção de Butler acerca dos papéis performativos de gênero quando afirma que

O gênero é uma forma de ordenar a prática social. Nos processos de gênero, a conduta cotidiana da vida é organizada em relação a uma arena reprodutiva, definida pelas estruturas corporais e processos de reprodução humana. O gênero é uma prática social que se refere constantemente aos corpos e ao que os corpos fazem, não é uma prática social reduzida ao corpo. [...] O gênero existe precisamente na medida em que a biologia *não* determina o social (Connell, 2005, p. 71).

Dessa forma, é possível inferir que determinados comportamentos são reiterados socialmente e associados à natureza humana, ao biológico que distingue os sexos feminino e masculino, como se a repetição dos hábitos impostos culturalmente fosse capaz de forjar uma espécie de segunda natureza humana. Os filósofos alemães Theodor Adorno e Horkheimer (1985) há muito já especulavam sobre isso, ainda que as questões de gênero não tivessem sido levantadas por eles; ainda assim, se supunha haver uma espécie de primeira natureza, que seria a natureza externa, subjugada pela técnica e pela ciência. A segunda natureza, para os autores, seria a

natureza interna, moldada pela cultura e pela sociedade, e que limita a autonomia humana. Esta segunda natureza, de cariz sócio-cultural, refletir-se-ia, portanto, em várias práticas sociais, dentre as quais destacamos a performance das masculinidades. Butler destaca a importância da reiteração nesse processo, retomada por Connell:

Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. (Butler, 2003, p. 200).

A prática que se relaciona com esta estrutura [o gênero], concebida à medida que pessoas e grupos se debatem com suas situações históricas, não consiste em atos isolados. As ações são configuradas em unidades maiores, e quando falamos de masculinidade e feminilidade estamos nomeando configurações de prática de gênero. “Configuração” é talvez um termo muito estático. O importante é o processo de configuração da prática. Tendo uma visão dinâmica da organização da prática, chegamos a uma compreensão da masculinidade e feminilidade como projetos de gênero. Trata-se de processos de configuração da prática através do tempo, que transformam seus pontos de partida nas estruturas de gênero. (Connell, 2005, p. 72)

Essa ritualística empreendida pelo exercício do gênero, por meio da performance, determina as ações a serem executadas, atuando sobre os sujeitos com força de “sanção social e tabu” (Butler, 1990, p. 3), coagindo-os a teatralizar seus atos e comportamentos, conforme as predefinições sociais, reduzindo suas identidades a contínuos mecanizados de reprodução e relegando aos sujeitos que promovem rupturas com esta lógica a margem como único espaço social possível.

Nesse sentido, a supressão identitária e subjetiva dos sujeitos, em nome de uma normatização social que não apenas os regula como os uniformiza, por meio de uma “postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora” (Butler, 2003, p. 201), ou seja, é algo que tende a ser incutido como uma espécie de normatização comportamental dos sujeitos.

Assim, o “conceito de masculinidade é falho porque ele essencializa o caráter dos homens ou impõe uma unidade falsa a uma realidade fluida e contraditória” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 249). Desse modo, o conceito de masculinidade recebe críticas por ter uma “concepção heteronormativa de gênero que essencializa a diferença macho-fêmea e ignora a diferença e a exclusão dentro das categorias de gênero” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 250):

O conceito de “hegemonia”, derivado da análise de Antonio Gramsci das relações de classe, refere-se à dinâmica cultural pela qual um grupo reivindica e sustenta uma posição de liderança na vida social. Em qualquer época, uma forma de masculinidade em vez de outras é culturalmente exaltada. A masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração da prática de gênero que encarna a resposta atualmente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, e que garante (ou ao menos é entendida como garantia de) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. (Connell, 2005, p. 77).

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Homens que

receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245).

Considera-se hegemônica, pois, segundo Connell a masculinidade exaltada em detrimento das outras em determinado contexto sócio-histórico, ou “a configuração da prática de gênero que encarna a resposta atualmente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, e que garante (ou ao menos é entendida como garantia de) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres”. (Connell, 2005, p. 77).

Miguel Vale de Almeida acrescenta ao conceito de masculinidade hegemônica uma advertência: é “[...] um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador”. (Almeida, 1996, p. 3). O controle é dos homens sobre outros homens, a fim de estabelecer um padrão assertivo e homogêneo de masculinidade e de autoritarismo,

os homens assumem as posições primordiais de poder na esfera pública, dominando o governo e a política, a economia e os negócios, a educação, o emprego e a religião, e estendendo esse domínio para um nível privado e interpessoal, no lar, dentro dos relacionamentos. (Bola, 2020, p. 17).

2 A imposição do modelo homogêneo de masculinidade no conto de Honwana: a lei do mais forte e do menos preto

Apenas sob pretexto de contextualização, eis o mote do conto “Nós matámos o cão tihoso”: havia um cão de rua, doente e cheio de feridas expostas, que era desprezado pelos alunos da escola que se situava nas redondezas onde ele perambulava, bem como também era execrado pelos demais personagens do texto (Senhor Administrador, Doutor Veterinário, Professora, etc.). A única personagem que se importava com o cão tihoso e o protegia dos maus-tratos era uma menina tida como alguém “não muito boa do juízo”, Isaura. Ao grupo de meninos pré-adolescentes da escola é dada a tarefa de assassinar o cão a tiros, tarefa essa que foi repassada pelo Senhor Duarte, que trabalhava com o Doutor Veterinário, e que, por sua vez, agiu a mando do Senhor Administrador. Os meninos, apesar do mal disfarçado constrangimento e incômodo pela maldade que teriam que cometer, levaram o cão para o meio do mato, onde protelaram a execução da tarefa com acusações e *bullying* direcionados a Ginho, o único que manifestou claramente sua resistência à realização da ordem dada. Ao final de muita pressão psicológica, Ginho dá um tiro no cão; chega então Isaura e ela presencia, em estado de choque e contida por Ginho, a conclusão da execução do cão feita pelos demais meninos. Este cão, que no recorte da análise estabelecida é a representação do masculino indefeso, disforme e degradado, configura a tríade frágil do texto, formada por Isaura, cão tihoso e Ginho. No final do conto, o líder da malta, Quim, se justifica perante Ginho, buscando modos de retomar a normalidade após o ocorrido.

No conto “Nós matámos o cão tihoso”, portanto, é possível observar vários tipos de imposição masculina. Inicialmente, temos aquela que se opera no âmbito social, a partir da manifesta vontade do Senhor Administrador de acabar com a vida do cão que é imposta ao Doutor Veterinário, que por sua vez delega a ordem de matar o cão dada pelo veterinário ao Senhor Duarte, seu funcionário. Ginho, como a antever a situação pela qual ele próprio passaria mais tarde, ainda comentou: “O Doutor da Veterinária se calhar não tinha vontade nenhuma de matar o Cão-Tihoso, mas como é que ele havia de fazer, coitado, se foi o Senhor Administrador que mandou?” (Honwana, 2014, p. 31). Senhor Duarte, por sua vez, incumbe os rapazes de realizar tal tarefa, dessa vez usando do artifício performativo de validação masculina. Diante de meninos que buscavam reflexos de masculinidade nos homens de mais prestígio e poder, aquela ordem, derivada de um desejo do Senhor Administrador, apoiada pelo Doutor Veterinário e afinal verbalizada pelo Senhor Duarte, pareceu ganhar contornos de honraria:

É uma coisa de malta, mesmo de malta (agora só olhava para as unhas com os olhos quase fechados por causa do fumo do cigarro). É coisa que eu com a vossa idade não deixaria de fazer, se me pedissem para fazer. Bem, vocês sabem, o Doutor mandou-me dar cabo de um cão, aquele, vocês conhecem-no, aquele que anda aí todo podre que é um nojo, vocês não o conhecem?... Ora bem, o Doutor mandou-me dar cabo dele. Bem, eu já o devia ter liquidado há mais tempo, mas o Doutor só me disse esta manhã. Bem, acontece que eu tenho visitas em casa e é bera estar agora a pegar em armas e zuca-zuca atrás de um cão, vocês compreendem, não é rapazes?... Mas eu nem me afligi porque pensei cá para comigo — que diabo, os rapazes estão sem fazer pêva e é para as ocasiões que a gente conta com os amigos — e pensei logo em vocês, porque já se vê, vocês até devem gostar de mandar uns tiritos, hem? Bem, calem-

se não digam mais, eu já sabia que vocês são malta fixe. Olhem rapazes, vocês pegam aí numa corda qualquer, procuram lá o cão e levam-no para o mato sem grandes alaridos e aí ferram-lhe uns tiritos nos cornos, que tal?... (Honwana, 2014, p. 32 – 33, grifos meus).

Observem primeiramente que o próprio Senhor Duarte não quer matar o cão tinhoso e busca justificativas para sua inércia (“eu já o devia ter liquidado há mais tempo, mas o Doutor só me disse esta manhã. Bem, acontece que tenho visitas em casa e é bera estar agora a pegar em armas e zuca-zuca atrás de um cão, vocês compreendem, não é rapazes?...”). Ao delegar a função para os rapazes, em um primeiro momento ele os chama ao sentimento de validação coletiva da masculinidade (“é uma coisa de malta, mesmo de malta”/“É uma coisa que eu, com a vossa idade, não deixaria de fazer”), exaltando a malta (“eu já sabia que vocês são malta fixe”), colocando os meninos em posição de igualdade com ele (“é para as ocasiões que a gente conta com os amigos — e pensei logo em vocês”). Também se refere ao ato de matar o cão como uma diversão para os meninos, quase como um favor prestado (“vocês até devem gostar de mandar uns tiritos, hem?”). Cabe ressaltar que o pedido de Senhor Duarte possui mais impacto por ter sido feito ao grupo – no afã da validação masculina, não seria adequada a negativa da malta. Afinal, de acordo com Butler, na performance de gênero, ainda que “existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa ‘ação’ é uma ação pública.” (Butler, 2003, p. 200, grifos da autora).

Apesar deste preâmbulo amistoso e repleto de artifícios persuasivos do Senhor Duarte, entretanto, o fato é que, ao final da conversa, este lança uma ameaça velada para reforçar a necessidade de cumprimento da sua solicitação e

do silêncio imprescindível após sua execução, o que reforça novamente as hierarquias de poder presentes em várias camadas subjacentes ao texto:

...Sim, sei que vocês gostam de dar por aí uns tiritos às rolas e aos coelhos, mesmo sem terem licença de uso o porte de arma, para não falar na licença de caça, e vocês sabem que se são apanhados por mim ou por um fiscal de caça, chupam uns meses de prisão que se lixam. Mas deixa lá que eu não levo a mal nem digo a ninguém que vocês usam as armas dos vossos pais ilegalmente. Eu só quero que não me façam essas coisas mesmo debaixo do nariz, porque tenho responsabilidades, vocês sabem. Eu não levo isso a mal, porque conheço bem a malta, mas isto não é para ser espalhado por aí, vocês não acham? De resto isto nem tinha de ser dito, porque estou a falar entre homens... (Honwana, 2014, p. 33, grifos meus).

De acordo com o pesquisador Mark Sabine (2011, p. 196), a mudança de tratamento de rapazes para homens, no final do diálogo, “aponta para o significado que a matança do cão adquire, enquanto cerimónia de iniciação a um modelo de masculinidade cruel, covarde e destituída de princípios, assumindo-se como um substituto grotesco dos elaborados ritos de passagem para a idade adulta, praticados pelas culturas indígenas.” Além disso, evidencia o período colonial no qual foi escrito o texto: o poder é das autoridades coloniais, formada por portugueses, que negam a subjetividade do colono e do negro. Por outro lado, a obediência dos meninos demonstra a sua aspiração à masculinidade “branca”, que implica “a aceitação dos valores de agressão e violência, que são apanágio da sociedade colonial” (Sabine, 2011, p. 192). Ainda de acordo com o pesquisador, o modelo de branquitude masculina perseguido pelos meninos faz com que estes ignorem os próprios pais negros que, ausentes, aparecem apenas terceirizados em ameaças nas bocas das mães:

“O que é isso? Para onde é que levas a espingarda? Anda cá! Olha que eu faço queixa ao teu pai!” (Honwana, 2014, p. 35).

A questão racial como critério de exclusão e demérito aparece também na forma como Ginho será tratado pelos colegas quando se recusa, inicialmente, a participar da execução, bem como no momento em que os meninos, já armados, se dirigem ao mato para executar o cão e encontram os “muleques do Costa”. Com a espingarda na mão, o líder da malta, Quim, expressou-se com todo o autoritarismo racista herdado do poder colonial:

Fora daqui, negralhada! — Era o Quim.

Os muleques julgaram que o Quim falava na brincadeira e não se mexeram, mas o Quim apontou-lhes a arma e repetiu:

Fora daqui, negralhada, fora daqui cabroada escura!
(Honwana, 2014, p. 36)

Ginho era uma voz dissidente no grupo masculino: “Eu tinha uma vontade danada de chorar mas não podia fazer isso com aqueles todos a olhar para mim.” (Honwana, 2014, p. 38); já fora expulso do futebol, espaço coletivo masculino por excelência; foi obrigado a levar o cão tihoso arrastado à corda, mesmo tendo sido Faruk a pessoa que havia ficado responsável por isso. Finalmente, quando tem coragem de se manifestar contrário à execução do animal, sofre retaliação por parte dos colegas: “Quim, a gente não pode matar o cão, eu fico com ele, trato-o das feridas e escondo-o para não andar mais pela vila com estas feridas que é um nojo...” (Honwana, 2014, p. 38).

De acordo com Welzer-Lang (2001), existem ambientes, que ele nomeia de “casa-dos-homens”, como futebol, caça e bar, por exemplo, que seriam fundamentais para o exercício da coação masculina adulta sobre os mais jovens e da imposição de uma determinada “educação masculinista”, que se estrutura

na reiteração de práticas como esporte e luta e também na negação de ambientes tidos como femininos, como cozinha e jardim, por exemplo. Essas práticas reiteradas obrigariam o menino “a aceitar a lei dos maiores” e “o saber ser homem”. Ainda de acordo com o autor, na casa-dos-homens “se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem.” (Welzer-Lang, 2001, p. 463).

Ainda que todos parecessem pouco dispostos a concretizar o ato — mesmo Quim, que incentivava e provocava a todos não tomava a iniciativa para atirar no cão —, apenas Ginho expôs a sua fragilidade abertamente. Malvina Muskat, na obra *O homem subjogado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo*, afirma: “nossos meninos, para escapar da castração física, submetem-se à *castração dos afetos* (para virar macho)” (Muskat, 2018, p. 31, grifo da autora). Logo, a emasculação emocional seria uma consequência direta — e penosa, por que não dizer — à reprodução deste modelo hegemônico de masculinidade. A dificuldade de lidar com os afetos é uma máxima constante no imaginário heteropatriarcal. Consoante Connell, para os indivíduos de sexo masculino, “a obtenção de uma compreensão mais profunda a respeito de si próprios, especialmente, no nível das emoções, constitui uma chave para a transformação”. Essa referida “chave de transformação” se refere tanto às “relações pessoais, da sexualidade e da vida doméstica e as barreiras institucionais à igualdade das mulheres.” (Connell, 1985, p. 186).

Analfabetos emocionais e incapazes de lidar com a fragilidade de outro homem sem que com isso vejam refletidas suas próprias vulnerabilidades, a malta intensifica a violência

contra Ginho. Assim, a manifestação explícita do que todos queriam esconder irritou desproporcionalmente os demais:

Eu estou com medo – custou-me dizer aquilo porque mais ninguém estava com medo, mas foi melhor assim – eu estou com medo, Quim...

Apesar de já estar quase escuro eu via os meus sapatos a brilhar nos sítios onde o Cão-tihoso os lambia. Mesmo com o capim e tudo. O Quim e a outra malta riam-se com força e o Gulamo rebojava no capim de tanto se rir por eu ter medo. (Honwana, 2014, p. 39)

Sentimentos como piedade e temor não são aceites na “casa-dos-homens”. Assim, a partir do momento da exposição de Ginho, ocorre seu “descredenciamento” da malta, que passa a ridicularizá-lo, insultá-lo com xingamentos racistas e, como de praxe em situações dessa ordem, levantar dúvidas sobre sua sexualidade: “Tu não és macho, como a gente”, afirma Quim, e logo o apelida de “maricas” (Honwana, 2014, p. 43). Os demais continuam a barbárie, “merda para ti, caramba! Preto de merda!” (Honwana, 2014, p. 44), evidenciando também o racismo. Ginho, ao demonstrar seus sentimentos, deixa de fazer parte da malta para ser um “preto”, “toucinho”, “medroso” e “maricas”, entre outros:

As ofensas, o roubo, a ameaça, a gozação, o controle, a pressão psicológica para que o pequeno homem obedeça e ceda às injunções e aos desejos dos outros... Há um conjunto multiforme de abusos de confiança violentos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de qualquer coisa que se afaste do modelo masculino dito correto. Todas as formas de violência e de abuso que cada homem vai conhecer, seja como agressor, seja como vítima. Pequeno, fraco, o menino é uma vítima marcada. Protegido por seus colegas, ele pode agora fazer os outros sofrerem o que ele tem ainda medo de sofrer. Exorcizar o medo agredindo o outro e gozar

dos benefícios do poder sobre o outro é a máxima que parece estar inscrita no frontal de todas essas peças (Welzer-Lang, 2001, p. 464, grifos meus).

A horda de violências verbais continua, e vai tocando nos pontos mais sensíveis de validação masculina, quando Quim ameaça contar para todos da escola que Ginho era medroso, que teria “se borrado todo”. Sob ameaça de ridicularização ainda maior, Ginho cede e concorda em dar o primeiro tiro no cão-tinhoso, que entra em agonia. Neste momento aparece Isaura, com sua compaixão e desespero ao presenciar o sofrimento do animal. Ginho, a mando de Quim, segura Isaura para que os outros possam terminar a execução do cão. Como parte final do ritual de violência, a misoginia aparece escancarando a bestialização dos personagens: “O Quim virou-se para Isaura, que estava meio escondida no capim e com os olhos todos de fora, a olhar para a malta e a gemer: Ó tipinha, não te disseram que nós não queremos fêmea a esta hora?”(Honwana, 2014, p. 47).

3 Algumas reflexões finais

Ao longo do texto, demonstrei as formas de validação social masculina performadas no conto “Nós matámos o cão-tinhoso”; longe de demonizar Quim, o líder da malta, meu propósito foi evidenciar como a incapacidade de lidar com sentimentos — tidos como manifestações femininas pela masculinidade hegemônica — fez com que os personagens, pressionados pela necessidade de corresponderem ao padrão masculino imposto racial e socialmente, escolhessem um bode expiatório – no caso, Ginho – para descarregarem seu medo transmutado em agressividade.

Ginho, ainda que tenha tentado escapar da massa viril da malta e reagir contra o iminente assassinato do cão, sucumbiu diante da força do grupo, tendo sido, inclusive, o primeiro a acertar o tiro no pobre animal. Essas manifestações de violência da malta, que se reflete na excessiva zombaria de Ginho, xingamentos, ameaças e a dolorosa morte imposta ao cão, adquiriram o cariz de rito sacrificial para a entrada definitiva na “casa-dos-homens” de Welzer-Lang.

“Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências.” (Welzer-Lang, p. 463, 2001). Entretanto, se por um lado os meninos reproduziram e compactuaram desses ritos, o fato é que os verdadeiros disseminadores dessa agressividade são os nobres e doutos homens brancos da comunidade, nomeadamente, o Senhor Administrador, o Doutor Veterinário e o Senhor Duarte, que impingiram essa dinâmica atroz através das estruturas de poder que os salvaguardam de quaisquer retaliações — diferentes dos meninos, a quem Isaura denunciou e que seriam punidos.

Essas representações mostram a necessidade de se respeitar e conhecer as subjetividades de cada um, ademais do grupo social. Para concluir com tom esperançoso ao texto já tão duro, gostaria de lembrá-los que, décadas depois da publicação do livro de Honwana, que ocorreu em 1964, o autor angolano Ondjaki revisitou este conto, com a publicação do belíssimo texto “Nós chorámos pelo cão tinhoso”. Na narrativa, o menino Ndalú está apreensivo, bem como seus colegas de sala, com o momento da leitura do conto de Honwana em aula. O trecho da morte do cão deixa a todos os estudantes com medo de ir às lágrimas durante a leitura. Aqui, ainda há o medo da zombaria

da malta, ainda há dificuldade de expressão emocional. Mas o conflito é de outra ordem: nenhum daqueles meninos mataria aquele cão; na verdade todos chorariam/choraram por ele. E me alegra pensar que essas formas de expressão mais sensíveis e humanizadas possam ser cada vez mais inseridas nas maneiras contemporâneas de se pensar as masculinidades em África.

A camarada professora levantou-se, veio devagar para perto de mim, ficou quietinha. Como se quisesse me dizer alguma coisa com o corpo dela ali tão perto. Aliás, ela já tinha dito, ao me escolher para ser o último a fechar o texto, e eu estava vaidoso dessa escolha, o último normalmente era o que lia já mesmo bem. Mas naquele dia, com aquele texto, ela não sabia que em vez de me estar a premiar, estava a me castigar nessa responsabilidade de falar do Cão Tinhoso sem chorar.

- Camarada professora - interrompi numa dificuldade de falar. - Não tocou para a saída? Ela mandou-me continuar. Voltei ao texto. Um peso me atrapalhava a voz e eu nem podia só fazer uma pausa de olhar as nuvens porque tinha que estar atento ao texto e às lágrimas. Só depois o sino tocou.

Os olhos do Ginho. Os olhos da Isaura. A mira da pressão de ar nos olhos do Cão Tinhoso com as feridas dele penduradas. Os olhos do Olavo. Os olhos da camarada professora nos meus olhos. Os meus olhos nos olhos da Isaura nos olhos do Cão Tinhoso. Houve um silêncio como se tivessem disparado bué de tiros dentro da sala de aulas. Fechei o livro. Olhei as nuvens. Na oitava classe, era proibido chorar à frente dos outros rapazes.

(Ondjaki, 2007, p. 80)

Referências

ABOIM, Sofia. Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. *In: Análise Social* (187), 2008, p. 273-295.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. *In: Anuário Antropológico* (95). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 161-190.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*,

um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BOLA, J.J. *Seja homem: a masculinidade desmascarada*. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

BEAUVOIR, S. *O Segundo sexo: 1. Fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUTLER, J. *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory*. *In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. Performing Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre*. Baltimore: The John Hopkins Press: 1990

BUTLER, J. *Bodies that matter*. Londres & New York: Routledge, 1993

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *In: Estudos feministas*. Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013, 241-282.

HONWANA, Luís Bernardo. *Nós matámos o Cão-Tinhoso*. Edição Comemorativa de 50 anos. Maputo: Editora Alcance, 2014.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 1, p. 4 -37, 2004.

SABINE, Mark. Nós matámos o cão-tinhoso: A emasculação de África e a crise do patriarca negro. *Via Atlântica*, n. 17, jun 2011. Disponível em: <NÓS MATÁMOS O CÃO-TINHOSO: A EMASCULAÇÃO DE ÁFRICA E A CRISE DO PATRIARCA NEGRO | Via Atlântica (usp.br)>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

MUSZKAT, Malvina E. *O homem subjugado*: o dilema da masculinidade no mundo contemporâneo. São Paulo: Sumus, 2018.

PINHEIRO, Vanessa Rimbau. As representações do corpo feminino na poesia moçambicana: dos grilhões à liberdade. *Criação & Crítica*, n. 2 p. 7, nov.2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: 10 de setembro de 2023

ONDJAKI. “Nós chorámos pelo cão tihoso”. *In: Os da minha rua*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, n. 462, 02/2001. Disponível em: <SciELO - Brasil - A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia>, Acessado em 31 de agosto de 2023.